



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação



2013

Análise do Discurso Político: o caso da votação do Projeto de Decreto Legislativo 569/12.



Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos

Análise do Discurso Político: o caso da votação do Projeto de Decreto Legislativo 569/12¹

O objetivo do livro *Political Discourse Analysis*, de Norman Fairclough, publicado em 2012, é apresentar uma nova abordagem à análise do discurso político como uma contribuição ao desenvolvimento da Análise de Discurso Crítica - ADC. O autor aborda o discurso político, partindo da definição de política como argumentação prática, passando pelas relações da análise do discurso político com a ADC, e chegando à análise de deliberações ocorridas no parlamento britânico.

De acordo com Fairclough, a política diz respeito fundamentalmente a fazer escolhas sobre como agir em resposta a circunstâncias e metas. O discurso político é fundamentalmente argumentativo e envolve principalmente argumentação prática. Consequentemente, de acordo com o autor, a análise do discurso político deve focar na análise da argumentação prática. Em particular, a análise deve salientar a maneira pela qual os discursos, como forma de representação, fornecem aos agentes *razões para a ação*. A análise de gêneros não argumentativos (narrativa, explicação) deve também ser vista em relação aos argumentos nos quais eles estão encaixados. A intenção da obra é oferecer um sistema, um método fácil de usar para aqueles que desejam *analisar o discurso político como discurso argumentativo*.

Fairclough considera despropositado o estudo de narrativas, explanações ou imaginários, a menos que tais gêneros estejam encaixados em argumentos práticos, alimentando e influenciando processos de tomada de decisão, como premissas em argumentos para a ação.

Segundo o autor, apesar de a imposição e aceitação de determinadas representações (descrições, narrativas, explanações) e, portanto, a formação de percepções, serem preocupações na política, elas correspondem a uma preocupação maior de agentes políticos e agências de fazer com que suas linhas de ação, estratégias e diretrizes propostas prevaleçam sobre outras. Nesse sentido, diz o autor, as ações têm prioridade sobre as representações, e representações são incluídas na ação. O autor explica como a agência e a estrutura são conectadas: as estruturas dão aos agentes razões para ação. Então, ao analisar o discurso político, é crucial assegurar que o enfoque na representação de eventos, circunstâncias, entidades e pessoas não obscureça

¹ Resumo organizado por Maria Lílian de Medeiros Yared a partir da tradução, feita por Daniela Bakker, do livro *Political Discourse Analysis*, de Norman Fairclough. Análise realizada por Maria Lílian de Medeiros Yared.

ou desloque o foco no que os agentes fazem, ou que se dê pelo menos tanta atenção aos discursos como aos gêneros.

A *deliberação* é um *gênero* argumentativo no qual a argumentação prática é a forma de argumentação dominante. O objetivo final do discurso político não é descrever o mundo, mas corroborar a decisão e a ação. O autor afirma que a deliberação na política é implementada em tipos de atividade (como o debate parlamentar) que levam a um resultado razoável e legítimo *precisamente pela falta de consenso e solução de discordâncias*.

O autor entende que nem todos os apelos emocionais em argumentos são irracionais e falaciosos. Os argumentos podem ficar mais fortes com a associação do *logos* ao *pathos*, já que este pode favorecer uma melhor adaptação do argumento ao público. Apelos emocionais não são necessariamente irrelevantes e enganosos, mas podem aumentar o entendimento dos assuntos que são discutidos. De acordo com Fairclough, sem um investimento motivacional e emocional, nenhuma crença poderia nos levar a agir, porque nada importaria para nós.

A votação do Decreto Legislativo 569/12 – Razões para a ação

No Brasil, na Câmara dos Deputados, a votação do PDC 569/2012, que extinguiu o pagamento do 14º e 15º salários dos Parlamentares, deu-se por meio do processo de votação simbólica, tendo em vista a necessidade de uma resposta do Legislativo frente à enorme pressão social, especialmente por meio da imprensa, para a extinção do recebimento, por parte dos Parlamentares, do 14º e do 15º salários. Cabe lembrar que praticamente todos os Parlamentares que discursam durante a sessão 18.3.54.0, de 27 de fevereiro de 2013, ressaltaram os aspectos negativos do recebimento do 14º e do 15º salários por parte dos Deputados. Mas houve um pronunciamento corajoso de um Deputado, pouco antes do início da Ordem do Dia, explicitando aos Parlamentares que os que votaram a favor do fim desses salários, assim o fizeram por covardia, porque, na verdade, precisavam do auxílio, uma vez que não eram Parlamentares detentores de grandes recursos e, sim, agentes políticos muitas vezes em dificuldades financeiras.²

² Veja, no Grande Expediente da Sessão 018.3.54.0, o discurso do Deputado Newton Cardoso, às 17h26m.



Podemos afirmar que a pressão social modificou a ordem do discurso³ na prática social da Câmara dos Deputados. Essa “pressão social”, assim denominada por muitos, foi realizada também discursivamente, por meio de artigos na Internet, nas redes sociais, na imprensa em geral. Isso confirma a relação dialética entre discurso e práticas sociais: o discurso é moldado ao longo da história pelas práticas sociais, mas também pode influenciar e modificar as práticas sociais. A “pressão da sociedade” pode se configurar como a agência que o discurso tem para transformar práticas sociais estabelecidas por razoáveis períodos de tempo.

As principais razões apresentadas pelos Deputados, no encaminhamento da votação do fim do 14º e 15º salários, se constituíram em argumentações avaliativas em relação a esse subsídio percebido pelos Parlamentares. As avaliações estão no texto dos encaminhamentos e tais avaliações instanciam o sistema de avaliatividade da língua como um todo⁴. A seguir, apresentamos um quadro com as avaliações contidas nos encaminhamentos de votação, avaliações cujo objeto muitas vezes está subentendido, mas não explícito para o leitor/ouvinte.

Razões para votar a favor do fim do 13º e 14º salários (avaliatividades, modalidades deônticas). Excertos retirados dos encaminhamentos de votação da sessão nº 018.3.54, de 27 de fevereiro de 2013.
<i>O 13º e 14º deixaram de ser algo defensável perante a opinião pública.</i>
<i>Precisamos estar em consonância com a sociedade.</i>
<i>É uma regalia que o povo não concorda.</i>

³ Ordem do discurso: Trata-se de um conceito cunhado por Foucault que mostra que, em toda prática social (política, escolar, médica), existem configurações discursivas esperadas para aquela prática, configurações que foram culturalmente moldadas. É a “rede de práticas sociais em seu aspecto semiótico”, de acordo com Fairclough (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

⁴ Sistema de avaliatividade: um sistema de recursos interpessoais à disposição do produtor de textos para que se posicione em relação ao que expressa. Está presente em todas as metafunções da linguagem, mas é mais característico da metafunção interpessoal: quando avalio alguma coisa estou dizendo ao meu interlocutor/ouvinte/leitor como sou (identidade) e o que penso a respeito daquele objeto. Portanto, são *atitudes*, realizadas pelo sistema de avaliatividade, que fica instanciado no texto e, de forma mais específica, por meio de adjetivos principalmente.

<i>Sintonia com o povo brasileiro.</i>
<i>Nós queremos ser iguais à sociedade</i>
<i>Ouvindo as vozes das ruas.</i>
<i>A transparência exige atitudes como essa.</i>
<i>É indefensável, não se justifica mais.</i>
<i>Resgata a imagem da Casa.</i>
<i>Temos que dar uma resposta à sociedade.</i>
<i>Resgate da credibilidade.</i>
<i>Mostrar que o Parlamento é um local de respeito.</i>
<i>Expurgar algo indefensável e injustificável.</i>
<i>Fim do divórcio entre as ações da Câmara e o que pensa a sociedade.</i>
<i>Reencontro com a sociedade.</i>

Por esse quadro, podemos perceber que, há uma polaridade nas avaliações: quanto ao fim do 14º e do 15º salários dos Parlamentares, a avaliação é positiva, sendo negativa quanto à manutenção desses recebimentos. Nas orações dos discursos, nem sempre o que está sendo valorado negativa ou positivamente está explícito, pois o orador muitas vezes hipoteticamente pode dizer: “Vamos votar “sim”, porque é uma vergonha”. O que é uma vergonha? O leitor/ouvinte deduz que o positivo é o fim dos dois salários adicionais e o negativo é o seu recebimento. Nos discursos, os oradores não fazem essa distinção explicitamente, o que pode indicar uma pressuposição geral e absoluta (tanto na percepção parlamentar como na percepção da população) de que o positivo é o fim do 14º e do 15º salários e o negativo é o recebimento desses salários adicionais.

Podemos perceber que as razões para a ação política de votar a favor do fim do 14º e 15º salários também contemplam modalidades deônticas⁵ (*temos que dar uma resposta à sociedade*) e também pressuposições de consequências de atos (*resgata a imagem da Casa.*). Cabe ressaltar que mais foi exigido, nessa votação, para resgatar a imagem da Casa, incluído o fim do voto secreto.

⁵ Modalidade deôntica é a posição do orador/falante/escritor em relação à obrigatoriedade do que está dizendo. A modalidade deôntica é realizada semanticamente com os verbos modais de obrigação: ter que, dever.

Tanto a avaliação quanto a modalidade são categorias que colocam em relevo o estilo, um dos significados textuais de Fairclough. Assim, é razoável afirmarmos que, nesta votação, houve um movimento discursivo em direção ao aspecto identificacional do texto, ressaltando o estilo do orador, o que indica uma necessidade de os oradores se identificarem pessoalmente com o seu voto e transmitir essa identificação para a sociedade em geral.

Podemos considerar, no que diz respeito à dinâmica da deliberação na Câmara dos Deputados, que a atividade parlamentar denominada de “encaminhamento de votação” pode ser classificada, em termos da estrutura argumentativa e teórica proposta por Fairclough, como a estrutura genérica do Parlamento que pode conter as razões para a ação. O encaminhamento de votação pode ser considerado integralmente como um gênero parlamentar que detém as razões para ação. Assim, a estrutura argumentativa pode ser vista não só em relação a um discurso, mas também em relação a uma sessão deliberativa.

Nessa sessão de votação do fim do 14º e 15º salários dos Deputados, em 27 de fevereiro de 2012, foram apresentadas pelos Parlamentares várias razões para a ação de votar a favor do fim do 14º e 15º salários para Deputados, no encaminhamento de votação: *sintonia com a opinião pública; regalia que o povo não concorda e não aceita; sintonia com os trabalhadores brasileiros; imoralidade do 14º e 15º salários; igualdade com a sociedade, que não possui o 14º nem o 15º salários; ouvindo as vozes da rua; a transparência hoje exige atitudes como esta; indefensável; momento em que nós temos que dar uma resposta à sociedade; Deputados são trabalhadores e merecem receber o 13º como qualquer trabalhador; resposta à sociedade; demonstração de economia, um passo para o resgate da credibilidade junto à sociedade brasileira.*

Essas foram as razões para a seguinte ação: mudar a legislação brasileira e a prática social do Parlamento, extinguindo determinada ajuda de custo dos Parlamentares. Tal ação alterou a realidade social: reduziu o custo dos benefícios pecuniários dos agentes políticos, o que representa um redirecionamento do orçamento da Casa e torna o número de parcelas salariais dos Deputados igual ao número de parcelas salariais dos demais trabalhadores brasileiros, o que pode implicar a geração de uma ilusão de igualdade entre Parlamentares e a classe trabalhadora. No que diz respeito a visões de mundo e discursos disseminados após a votação, há um discurso reiterado e retransmitido de que teria havido o resgate da imagem do Parlamento. Mas esse resgate vem sendo construído há mais tempo, em outras ocasiões, como, por exemplo, quando os Deputados votaram a redução do seu recesso parlamentar e quando votaram o fim do recebimento de horas extras para os Parlamentares por ocasião de convocações extraordinárias durante o recesso



parlamentar. Além disso, mais ações políticas foram cobradas para esse resgate da imagem do Legislativo, como o fim do voto secreto. Trata-se de pressões sociais que se realizam nas vozes do Parlamento.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Banco de Discursos do DETAQ**. Sessão disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=018.3.54.O&nuQuarto=122&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:02&sgFaseSessao=OD&Data=27/02/2013&txApelido=PRESIDENTE>

Acesso: 28.02.2013

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London. Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. e FAIRCLOUGH, I. **Political Discourse Analysis**. A Method for Advanced Students London: Routledge, 2012.

HALLIDAY, M.A.K & MATHIESSEN, M.A.M. **An Introduction to Functional Grammar**. London. Hodder, 1994.



Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisedediscurso@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF

